

O CASO LUNUS E UM DEBATE SOBRE MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL

*Pâmela PINTO*⁵²

RESUMO: Este artigo discute as relações entre o centro e as margens da comunicação no Brasil. Trabalhou-se com a ideia de uma geopolítica da imprensa brasileira, na qual a diferença entre o jornalismo produzido na região sudeste e o jornalismo regional diz respeito à distribuição de poder entre as esferas de centro e margem. Realizou-se um estudo comparado acerca do enquadramento adotado na cobertura do caso Lunus em O Globo e O Estado do Maranhão. Estudou-se uma síntese do *corpus* de 297 matérias, utilizadas na pesquisa do mestrado. Mostrou-se que os limites entre o jornalismo nacional e regional são flexíveis e que estes conceitos podem ser invertidos de acordo com o contexto no qual os veículos estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Nacional. Regional. Política. Caso Lunus.

ABSTRACT: This article discusses the relationship between the center and the margins of communication in Brazil. We have worked with the idea of a geopolitics of the Brazilian press, in which the difference between journalism produced in the Southeast regional and journalism concerns the distribution of power between the spheres of center and margin. We conducted a comparative study on the framework adopted in the coverage of the case Lunus in in O Globo and O Estado do Maranhão. This article presents an overview of the corpus of 297 materials used in a previous search. It was shown the limits as soon as among the national and regional journalism are flexible and that these concepts can be inverted in agreement with the context in which the vehicles are inserted.

KEYWORDS: Journalism. National. Regional. Political. Lunus' case.

⁵² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Orientador: Prof. Dr. Afonso de Albuquerque. Mestre em Comunicação pela UFF (2010). Graduada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão (2007). Email: pinpamela@gmail.com

1. Apresentação

Este artigo traz uma síntese da dissertação *As interfaces do jornalismo nacional e regional no Brasil: Roseana Sarney e o caso Lunus*. Aponta as principais discussões desenvolvidas na pesquisa, empreendida entre 2008 a 2010, sobre um objeto que ocupa local de destaque para uma análise comparativa entre os jornalismo tidos como nacional e regional. A mídia regional está inserida na imprensa brasileira, representada pelos veículos concentrados historicamente na região Sudeste. Entretanto, estes dois pólos de produção de informações são separados por uma gama de simplificações, fato que reduz as oportunidades de se compreender a comunicação brasileira e suas interfaces de modo mais completo. Desta forma, observar as variações entre o parâmetro “ideal” de imprensa e o parâmetro real da comunicação praticada nos estados e cidades para além do “eixo Sudeste” enriquece os diálogos no campo da comunicação, ao mesmo tempo em que promove o questionamento de práticas e do controle da mídia.

O objetivo central desta pesquisa foi mostrar a existência de relações entre o centro e as margens da comunicação no Brasil, a partir do jornalismo. Para tanto, buscou-se um objeto capaz de sintetizar os laços estabelecidos nestes dois eixos do jornalismo, influenciados diretamente pela geopolítica do país.

Fez-se uma análise do caso Lunus, nos jornais O Globo (OG) e O Estado do Maranhão (OEMA), para discutir a relação contemporânea da grande imprensa e do jornalismo regional. O caso Lunus foi o escândalo político que envolveu Roseana Sarney, no momento em que se candidatava à disputava da Presidência da República, em 2002. A Lunus Serviços e Participações Ltda tinha Roseana como acionista majoritária com 82,50%, em sociedade com seu marido e secretário de planejamento do Estado, Jorge Murad (17,27%) e Severino Cabral (0,23%). No dia 1º de março de 2002, a Polícia Federal efetivou uma operação de busca e apreensão na sede da empresa, encontrando documentos que a relacionavam com desvio de verba pública e R\$ 1,34 milhão em dinheiro. O caso Lunus foi um marco tanto na política maranhense como brasileira. Ele sucedeu uma campanha positiva⁵³ do PFL para divulgar a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, como pré-candidata à presidência ao restante do

⁵³ A campanha pró-Roseana, desenvolvida pelo PFL, envolveu um agendamento positivo em torno do Maranhão no âmbito do entretenimento, com a gravação da novela O Clone (2001-2), da Rede Globo de Televisão, nos Lençóis Maranhenses e na capital; e um desfile no carnaval carioca, sendo o Maranhão tema da agremiação Grande Rio.

Brasil. Sua ocorrência reconfigurou o jogo político de 2002, provocando a ruptura entre o PFL e o PSDB, atingindo a base governista do presidente Fernando Henrique Cardoso e, conseqüentemente, as alianças para eleição do candidato José Serra. Por outro lado, maculou a imagem pública de Roseana de forma definitiva. É sempre citado em jornais, livros, que retomem a discussão de escândalo político no Brasil e ou que remetem a trajetória da família Sarney.

O *corpus* da pesquisa foi composto por 297 matérias, retiradas das capas de O Globo e O Estado do Maranhão, no período de 02 de março a 14 de abril de 2002, intervalo entre a divulgação da operação e a saída de Roseana da disputa. Utilizou-se a metodologia de análise comparativa dos enquadramentos recebidos nos veículos.

Buscou-se ilustrar, por meio deste escândalo político que envolveu o centro e a margem da comunicação e da política brasileira, as proximidades e diferenças entre o jornalismo produzido pelos veículos de grande circulação e o jornalismo regional, reconhecendo a existência de vários tipos de jornalismo praticados no mesmo país.

2. Para entender um escândalo

Escândalo é a ação ou acontecimento que implica em contravenções capazes de provocar uma resposta pública, pela sua gravidade. Esta transgressão de valores éticos gera um discurso infamante por parte daqueles que estão “de fora”. Este discurso possui dupla função, pois ao mesmo tempo em que estigmatiza e contribui para o descrédito dos participantes da contravenção, é também o elo entre o acontecimento e a sua existência pública. Para um escândalo surgir, o discurso infamante deve assumir *status* de discurso público. Os veículos de comunicação tornaram-se fundamentais neste processo, pois a mídia passou a ser co-participante na construção dos escândalos, quando esta os tornou públicos e os transformou em eventos midiáticos (THOMPSON, 2002).

A compreensão do escândalo Lunus depende da percepção dos laços tecidos contemporaneamente nos âmbitos político-partidários e midiáticos. É necessário fazer uma incursão na história política brasileira, com a intenção de perceber que sua força motriz ainda carrega traços fortes da formação federalista, iniciada com a Carta de 1891 e maturada por um pacto não escrito elaborado por Campos Sales (1898 - 1902).

Tal sistema estabeleceu que a força política dos atores do centro de poder era consolidada com o apoio de atores regionais. “A formulação desse pacto combinou o reconhecimento, por parte de Campo Sales, da preexistência de uma distribuição natural do poder na sociedade brasileira, com a definição de novas bases morais e doutrinárias para a política nacional, através de uma comunidade política despolitizada”, (LESSA, 2001, p. 44). A figura dos presidentes de província, sem autonomia, foi suplantada pelos governadores de estado, com poder de decisão e total apoio do governo federal. Surgiu então a Política dos Estados, amplamente acolhida pelos chefes regionais que viraram adeptos da nova sistemática, na qual a periferia legitimava, pelo voto, o poder central e este concedia autonomia, cargos e verbas aos chefes estaduais.

Segundo Lessa (2001), tal política significou um engessamento da competitividade garantida pela democracia. Desta forma, a Política dos Governadores reforçou o papel desempenhado pelos estados ao longo da vida da República, atribuindo o protagonismo aos estados localizados no centro, em detrimento dos estados periféricos que ficam margeados dos processos decisórios. Com isso, implantou-se uma tradição política reforçada por outros governantes nas demais fases da vida republicana brasileira. Além dos governadores, surgiram figuras determinantes para esta estruturação de poder, os coronéis, que se aliaram ao setor político para reagir à decadência econômica da agricultura, no início do século XX. “A possibilidade de diminuição de seu poder fez com que ele assumisse um papel diferencial como um intermediário entre o poder federal e o setor empresarial. Esta é sua condição de sobrevivência neste momento histórico”, (SANTOS, 2006, p. 13).

Foi a partir da experiência, nos moldes da Política dos Governadores, que Sarney se consolidou na política nacional e da mesma forma buscou inserir Roseana na disputa majoritária de 2002. Entretanto o *modus operandi* praticado no Maranhão não pôde ser sustentado no âmbito nacional e foi utilizado pelo PSDB como arma na derrubada de Roseana. A ação da Polícia Federal foi decisiva para a desistência do PFL da candidatura autônoma. Após o escândalo, Roseana foi eleita senadora (2003 – 2009) e governadora do Maranhão⁵⁴, voltando à esfera regional de poder.

⁵⁴ Em 17 de abril de 2009, Roseana foi empossada governadora, após a cassação do governador Jackson Lago pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foi eleita em 2010, no primeiro turno, governadora do Maranhão até 2014.

3. A ideia de uma geopolítica do jornalismo brasileiro

A formação do sistema midiático é vinculada historicamente ao campo político brasileiro, isto complexifica a relação entre estes dois campos. Da imprensa instalada com a chegada da Família Real, em 1808, à adoção do *trusteeship model*⁵⁵, na década de 1930, observou-se a concentração das mídias nas mãos das elites econômicas e políticas. A falta de rigor nas legislações determinou a ocorrência de conglomerados, pois permitiu a propriedade cruzada de veículos. Na época, as concessões de rádio e televisão foram para os grupos já consolidados. Assim se formaram os maiores grupos de mídia nacionais e regionais no país, resultando num sistema controlado por um reduzido grupo de empresas, (LIMA, 2006).

Outro fator determinante para a relação das empresas midiáticas com o poder público foi a dependência financeira dos meios de comunicação em todo o país para obter a infraestrutura necessária a sua expansão. Conjuntura viabilizada somente com a ditadura militar de 1964, que proporcionou condições econômicas para o desenvolvimento de um sistema nacional de telecomunicações e de radiodifusão compatível com as novas exigências do capitalismo.

Hoje, o vínculo mais estreito que rege as relações entre mídia e a política são as concessões de radiodifusão, com acentuada distribuição no governo militar e no período pós-ditadura, na gestão do presidente José Sarney. No governo do general Figueiredo foram feitas mais de 700 concessões de rádio e televisão, o que representou mais de 1/3 do total das emissoras existentes desde o surgimento da radiodifusão no Brasil. O auge das outorgas para políticos o período do Congresso Constituinte (1987-1988), gerido pelo ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, em pleno jogo para permanência do presidencialismo como forma de governo e a não redução do mandato de Sarney, (LIMA, 2008). Entre 1985 e 1988 foram assinadas 1.028 outorgas, 91 dessas foram dadas para deputados e senadores constituintes. Desse total, 92,3% votaram a favor do presidencialismo e 90,1% votaram a favor do mandato de cinco anos para o então presidente da República. Durante o governo FHC foram autorizadas 357 concessões educativas sem licitação e vendidas 539 emissoras comerciais.

⁵⁵ Sistema que entrega o setor de radiodifusão à exploração comercial da empresa privada, através de concessões da União.

Este trabalho pretende expor algumas características atribuídas ao jornalismo regional, mas que são verificadas no jornalismo nacional e de certa forma constroem paralelos entre estes modelos de interface da imprensa brasileira. A primeira similaridade são os vínculos de ambos os jornalisismos com o campo político. A pluralidade de espaços e de análises é incontestável na grande imprensa, entretanto os laços com a política também perpassam os interesses dos grandes veículos, tendo em vista a própria cultura de apadrinhamentos na implantação canais de radiodifusão. Os veículos da grande imprensa estão ligados a uma rede de contratos indispensáveis a sua sobrevivência empresarial e com a qual respondem com credibilidade, por meio da instituição de valores e normas jornalísticas. Mas além dos anunciantes e leitores há também parcerias políticas firmadas em consonância com as conjunturas vigentes.

Outra característica diz respeito à concentração midiática que ocorre no Brasil e o impacto que ela ocasiona nas cadeias de veículos que interligam o país. Para alcançar todo o território, as grandes empresas precisam das repetidoras regionais que repassem seus conteúdos e neste processo os conglomerados nacionais fortalecem redes locais, independentemente do uso que estas empresas farão deste “poder”. Desta forma, acredita-se que existe um elo mais complexo entre o jornalismo nacional e regional, que mais que opostos, mostram-se como similares em pontos centrais e até interdependentes. É importante destacar que esta concentração não é restrita aos grupos regionais, mas iniciou na grande imprensa, que ao longo das décadas profissionalizou-se para atender às demandas do mercado, mas continuou concentrando os empreendimentos no âmbito familiar.

3.1 Jornalismo nacional e jornalismo regional

O jornalismo brasileiro é diretamente afetado pela divisão geopolítica do país, na qual a posição ocupada no eixo centro-periferia é determinante no poder de decisão, seguindo os parâmetros da Política dos Governadores. O centro brasileiro foi estabelecido no Rio de Janeiro, sede da Corte Portuguesa e posteriormente da República, onde também foram fixadas as principais atividades econômicas e a política do país. A concentração econômica na região Sudeste alimentou também a “autonomia” de muitos veículos de circulação nacional, que historicamente foram fixados nestes centros de onde reverberam informações para diferentes partes do país.

Configurou-se uma divisão geopolítica da imprensa brasileira, com os diversos jornalismo produzidos de acordo com a realidade local dos jornalistas e dos empresários de mídia. O conceito de jornalismo foi enquadrado de forma simplista em duas categorias dicotômicas, opondo valores como credibilidade e legitimidade: o jornalismo nacional, responsável pela cobertura de temas de relevância a todo território, e o jornalismo regional, restrito a temas locais. Notou-se uma anulação das diferentes personalidades sociais dos jornais (HALL, 1993) produzidos além dos limites deste eixo central. Ao seguir a lógica de padronização proposta pela grande imprensa, que muitas vezes desconsidera o contexto de produção da informação, o jornalismo regional reforça o jornalismo nacional.

O binômio “centro e periferia” é usado no Brasil para localizar o jornalismo regional na condição de manipulável e legitimar a autonomia da grande imprensa. Porém, devem ser entendidas como conceitos relativos, visto que não são condições imutáveis (ALBUQUERQUE, 2008). Segundo o autor, as grandes empresas midiáticas brasileiras ora atendem à ideia de centro, quando servem de modelo para grupos menores, ora estão na condição de periferia, ao tomar como referência determinado modelo estrangeiro. O mesmo acontece quando sistemas considerados periféricos servem de parâmetro, para veículos ainda menores, assumindo a condição de centro.

A inserção de capital internacional no sistema televisivo brasileiro, com a implantação da TV Globo, sintetiza esta inversão de posições entre os eixos centro e margem da comunicação brasileira. A parceria entre as Organizações Globo e o grupo Time-Life iniciou em 1962, com assinatura de dois contratos: o Contrato Principal, uma conta de participação, e o Acordo de Assistência Técnica. A sociedade entre as empresas duraria 11 anos e em seguida se prorrogaria por prazo indeterminado. Em 1965, as empresas firmaram outro contrato no qual a Time-Life teria 45% de participação nos lucros da Rede Globo. Houve um aumento de remessas de dinheiro, pois a emissora começou a operar em abril de 1965, no Rio de Janeiro, (HERTZ, 1991). A associação entre as empresas foi viabilizada no governo militar, com parecer aprovado pelo presidente Castelo Branco, em 1967, e assim as Organizações Globo se expandiu pelo país, (WEBER, 2000).

Uma das hipóteses deste trabalho é que esta tensão entre as mídias nacionais e regionais não é uma particularidade brasileira, mas uma condição da natureza jornalística. A disputa pela primazia em sistemas capitalistas globalizados aflora a competitividade interna

por um lugar de fala tanto em países de dimensões continentais, como o Brasil, quanto em países de dimensões pequenas e expõe esta relação entre os diferentes tipos de mídia, que ora disputam e ora se complementam.

No Brasil existe uma tensão permanente, determinada pelo nível de dependência econômica das empresas, entre os jornalismo e a política. Este fato não permite naturalizar as práticas clientelistas nem isentar o partidarismo implícito de alguns conglomerados de comunicação. Os laços entre a grande mídia, o jornalismo regional e a política são subterrâneos, como denota a relação entre as famílias Marinho e Sarney.

Roberto Marinho teve um forte vínculo político, econômico e afetivo com o político José Sarney. O viés político desta amizade foi acentuado no período em que o maranhense ocupou a Presidência da República, (1985-1990). Como conselheiro de Sarney, Marinho indicou nomes dos ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Maílson da Nóbrega (Fazenda). A relação comercial entre as famílias ocorreu com a transferência do sinal da TV Globo para Sarney, em 1991, o que reforçou o poder local do Sistema Mirante de Comunicação, composto por quatro emissores de televisão, afiliadas à Rede Globo; pelo jornal O Estado do Maranhão; 14 emissoras de rádio, na capital e no interior e o portal da internet “Imirante.com” – hospedado no portal “Globo.com”. Os laços afetivos foram reforçados pela ligação “imortal”, pois Marinho ocupou a cadeira n.º 39 da Academia Brasileira de Letras, ao lado do assento de Sarney, cadeira n.º 38.

O envolvimento econômico dos grupos superou a relação matriz/filial, como evidenciou o programa “Viva Educação”. O projeto educacional, criado em 2000 visava aumentar os índices educacionais pelo tele-ensino, por meio da metodologia da teleaula no ensino público. Couto (2007, p. 140) apontou a Fundação Roberto Marinho e a Editora Globo como principais beneficiadas do convênio assinado com a governadora Roseana Sarney, em 22 de novembro de 2000, no valor de R\$ 114 milhões. Há uma parceira lucrativa entre os dois grupos de comunicação, desconhecida por parte do público do jornalismo nacional e regional. No âmbito regional as Organizações Globo mantêm contrato formal com um sistema político clientelista, e nacionalmente critica tais práticas.

A extensão do poder de comunicação da família Sarney no Maranhão é intimamente relacionada com o forte vínculo mantido com as Organizações Globo. O selo de credibilidade

do padrão Rede Globo é utilizado no estado para fins políticos, não só na televisão, mas em todos os outros veículos do grupo Sarney.

4. O caso Lunus nos jornais

O *corpus* deste trabalho foi composto por 297 matérias informativas publicadas na editoria de política, sendo 107 veiculadas n'OEMA e 190 n'OG. Neste trabalho será exposta uma síntese da análise, ilustrada por uma amostra comparativa das manchetes de cada veículo.

Esta pesquisa optou pela análise de enquadramento como recurso metodológico para sistematizar a amostra coletada nos jornais sobre o caso Lunus. Autores como Tuchman (1978), Entman (1991) e Porto (2004) consolidaram esta metodologia na comunicação, a partir da percepção de que o discurso jornalístico constrói seus objetos por meio da ênfase e das omissões durante a abordagem de determinado tema, o que resulta em diferentes olhares e diferentes matérias. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1991).

Dividiu-se o conteúdo da cobertura em três fases, nos dois jornais, a fim de se verificar a presença de quatro tipos de quadros em ação: *enquadramento policial* (com ênfase nos delitos ocorridos no caso Lunus); *enquadramento eleitoral* (com ênfase no impacto sofrido na campanha presidencial de 2002); *enquadramento de governo* (retratou as relações da base governista composta pelo PFL e PSDB) e *o enquadramento geopolítico* (privilegiou as relações entre o local e o nacional). Outros recursos foram adotados para denotar as estratégias de visibilidade de cada veículo, como o uso das fontes citadas; a verificação do espaço dedicado às matérias; a publicação de imagens e a ausência e a presença de informações. A análise comparou o conteúdo dos dois jornais ao longo de todo o percurso para verificar as simetrias e possíveis contradições na publicação das matérias. Esta segmentação foi baseada em dois critérios, comuns aos veículos aqui trabalhados: o trânsito das matérias entre a capa e as páginas internas da editoria de política; e o fluxo dos acontecimentos divulgados ao longo da cobertura. O percurso da notícia dentro do jornal denotou o destaque obtido pelos temas e com isso mostrou-se quais aspectos as empresas privilegiaram. A dinâmica provocada pelo acréscimo de novas informações ao caso expôs como cada veículo trabalhou sua versão dos fatos.

Em O Globo, a crise política protagonizada por Roseana Sarney figurou em 38 edições, das quais 26 foram em março e 12 em abril. Ao longo do período analisado o caso foi tema de 26 capas, sendo o escândalo tratado 19 vezes nas capas de março e sete vezes em abril. Seguem as três fases de análise da amostra: 1ª Fase: composta por manchetes ininterruptas na capa do jornal, entre os dias 02 a 14 de março. Os textos refletiram o impacto do caso no cenário político nacional e ambientaram os leitores sobre os laços políticos regionais da família Sarney; 2ª Fase: iniciou em 16 de março e foi até 06 de abril, totalizando 18 dias de cobertura, com seis manchetes nas capas e 12 dias de notícias veiculadas internamente. Este foi o único período no qual se verificou a ausência de veiculação de matérias; 3ª Fase: o caso Lunus retornou às capas, entre os dias 08 a 14 de abril, para abordar a desistência de Roseana do pleito presidencial de 2002.

A amostra de O Estado do Maranhão é formada por 107 matérias, coletadas em 35 edições sobre o caso Lunus, das quais 25 foram registradas em março e 10 em abril. Durante este período, o escândalo foi tema de 31 capas como manchete, sendo tratado 22 vezes em março e nove em abril. Seu conteúdo foi dividido em três fases: 1ª Fase: situou-se entre os dias 02 a 10 de março, com manchetes ininterruptas sobre o escândalo. As matérias defenderam a inocência da pré-candidata e buscavam culpados para “o golpe” sofrido. Evidenciaram-se dois movimentos nesta fase: o de “negação” do escândalo e o de “apoio” recebido pela governadora; 2ª Fase: compreendeu os dias 11 a 31 de março, nos quais cinco edições não abordaram o caso. Utilizou-se, excessivamente, falas do PFL em defesa da *publisher*, acompanhadas de informações descontextualizadas em benefício da candidata; 3ª Fase: ilustrou a cobertura do caso entre os dias 02 a 14 de abril. A imagem de Roseana foi preservada por meio de notícias positivas sobre sua gestão estadual e por meio de um otimismo do PFL .

Notou-se ao longo da cobertura que o destaque dado às imagens foi significativo nos dois jornais: o periódico carioca publicou 120 fotografias relacionadas ao escândalo, em 38 edições, o jornal maranhense veiculou 105 imagens, em 35 edições. O tema ocupou 29 capas com fotografia em OEMA, enquanto n’OG foram apenas cinco capas com foto. Quantitativamente houve uma maior valorização espacial do caso Lunus n’OG, pois foram publicadas cerca de 81 páginas de conteúdo, enquanto n’OEMA foram cerca de 55 páginas. Qualitativamente houve maior destaque para o tema n’OEMA, pelo espaço ocupado nas capas. A leitura das manchetes veiculadas durante o caso (tabela 1) expõe as estratégias de

visibilidade (defesa e ataque) utilizadas por cada veículo, objetivando interesses próprios. Observou-se que em OG houve um ataque direto a Roseana e uma defesa explícita do candidato José Serra. Já OEMA priorizou a defesa de Roseana durante toda a cobertura.

Tabela 1: Síntese comparativa das manchetes analisadas sobre o Caso Lunus

Data	Título	O Globo	O Estado do Maranhão
02/03/2002	1	PF Investiga Marido de Roseana e PFL ameaça deixar governo	“Não vão me intimidar”
03/03/2002	2	Ministro defende atuação da PF no caso de Murad	Roseana afirma que ação foi uma violência política
04/03/2002	3	Sarney Filho sai e agrava crise do PFL com o governo	Murad repudia invasão e exige que tudo seja apurado às claras
05/03/2002	4	PFL faz tempestade em copo d’água, diz FH	Roseana diz que invasão foi ato de discriminação
06/03/2002	5	Roseana deixa candidatura se PFL não romper com FH	Roseana recebe apoio do PFL no Congresso
07/03/2002	6	PFL pode deixar o governo hoje após 38 anos no poder	PFL sai do governo e diz que Roseana é candidata
08/03/2002 (...)	7	PFL abandona governo mas mantém cargos e apoio a FH	PFL confirma rompimento e lança Roseana
12/03/2002	8	Laranjas em projetos aprovados por Roseana	Bornhausen quer definir estratégia
13/03/2002	9	Marido de Roseana assume crime para explicar dinheiro	“Agi por determinação própria”
14/03/2002	10	PFL marca prazo para desistir de	PFL mantém apoio a

(...)		Roseana	Roseana e quer ação da PF investigada
28/03/2002 (...)	11	PM invade centro da PF no Maranhão	-
12/04/2002	12	PFL já dá como certa a renúncia de Roseana	-
13/04/2002	13	-	PFL decide manter apoio à candidatura de Roseana
14/04/2002	14	Abandonada pelo PFL, Roseana Sarney renúncia	Roseana vai disputar mandato no congresso pelo Maranhão

4.1 A cobertura do caso, segundo os jornalistas

A fim de compreender o processo de produção das notícias a respeito desse escândalo, foram feitas entrevistas com a equipe de profissionais que cobriu e ou trabalhou no caso. Ao realizar estas entrevistas, algumas contradições e semelhanças foram encontradas. A primeira contradição diz respeito ao início do caso. O jornalista Isabela Abdala, repórter de política de OG da sucursal de Brasília em 2002, apresentou uma versão diferente da afirmada pelo correspondente maranhense de OG, Raimundo Garrone. Ambos trabalharam no caso durante toda a cobertura. Quando questionados sobre a origem da pauta, as respostas são divergentes:

Isabela: Eu estava na redação d’OG apurando a matéria de domingo na sexta-feira e conversava com o deputado Roberto Brant (PFL-MG), por volta das 16h, sobre outro assunto por telefone. Ele me falou: “espera aí que eu tenho que atender um telefone, parece que aconteceu alguma coisa lá no Maranhão”. Perguntei o que foi e ele pediu que eu ligasse depois. Aí fiquei com aquele negócio, aconteceu alguma coisa no Maranhão, já tinha a candidatura da Roseana... Passou meia hora e eu liguei. O que aconteceu Roberto Brant? Ele: Não sei exatamente, mas parece que teve uma ação da PF, alguém estourou alguma coisa no escritório da Lunus e encontrou dinheiro. Na hora que eu soube disso foi na chefia

de reportagem, Helena Chagas, contei o episódio e ela: investe nisso. No outro dia eu fui pro Maranhão. Na época, já existia o jornalismo on-line e essas notícias começaram a pipocar.

Garrone: *Foi curioso porque OG me ligou por volta de 11h, me dizendo que a PF iria invadir o escritório de Jorge Murad às 15h. Então eu fiquei sabendo, em função d'OG ter tido acesso a esta informação. Até para que eu não fosse lá sozinho, eu convidei jornalistas de outros jornais (locais) que iriam cobrir. Não queria chegar lá sozinho para eles acharem que era uma guerra minha particular contra a família, mas que era um fato que realmente estava acontecendo (...) Eu tive uma fonte lá de dentro que me ligou e me disse que os policiais estavam contando dinheiro, informou até o valor. Isso ela já me disse por volta das 20h. Neste horário eu não tinha como confirmar a informação. Eu cheguei a passar a informação para OG, mas sem poder confirmá-la.*

A equipe de OG ficou dividida entre os estados do Maranhão, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e o Distrito Federal. Os repórteres Isabela, Garrone e Francisco Leali cobriram a capital maranhense. Jailton de Carvalho foi destacado para Palmas. Todos falaram sobre as rotinas de produção da notícia:

Isabela: *No dia 02/03 eu fui ao Palácio dos Leões e houve uma coletiva e também houve uma outra na casa deles (Roseana). Eu fui muito na PF que era uma fonte e procurei os deputados do Maranhão. Eu lia as matérias do dia do que saía lá. Eu fazia um acompanhamento de tudo. Obviamente que isso tem um desdobramento grande, depois que o fato em si aparece, o fato vai para Brasília. (...) Depois eu voltei para Brasília e obviamente continuei acompanhando isso. É uma cobertura coletiva, tem muita gente que contribuiu. No Congresso isso repercutiu em todas as esferas. Rendeu muito tempo de matéria.*

Francisco: *Acho que fiquei um bom tempo em São Luís. A partir de um certo momento, eu e repórteres de outros jornais de fora (Estadão, Folha, etc) passamos acompanhar Roseana, que se negava a dar explicações sobre a origem do dinheiro. Alugamos carros e fomos para o interior do Estado atrás dela. Ela de helicóptero, nós de carro. Em alguns casos tínhamos que dormir no meio do caminho porque não tinha como voltar para São Luís. Nessa "brincadeira de gato e rato" dirigíamos à noite para conseguir acompanhá-la. A governadora fazia as visitas e retornava a São Luís. Ela fugia das perguntas e dava seu recado nos discursos que fazia para a população local. As matérias eram enviadas de onde tivesse telefone: posto de gasolina, salão de beleza, etc. Numa das viagens, tendo que dirigir*

a noite, atropelou um búfalo. Por sorte foi de raspão. Quebrou o retrovisor e a porta do motorista ficou arranhada. O bicho que bateu a cabeça na lateral do carro caiu sentado e se levantou como se nada tivesse acontecido.

Jailton: *No início das investigações, o jornal me mandou para Palmas. Lá estava o centro das investigações sobre fraudes na Sudam. As principais decisões do Ministério Público Federal, da PF e da Justiça eram tomadas lá. Eu acompanhava a movimentação de procuradores, policiais e as decisões judiciais. Numa outra frente de trabalho, tentava falar com empresários, políticos, doleiros, laranjas, todos que, de alguma forma, tinham envolvimento com as fraudes. Também buscava informações em alguns setores do governo. A partir daí, escrevia matérias diariamente. Minha tarefa era levantar o máximo de informações exclusivas a partir de algumas fontes que estavam em pontos estratégicos da investigação. (...) Acompanhava as viagens de procuradores e delegados por telefone.*

Garrone: *Continuei o trabalho de investigação aqui em São Luís. Aqui a efervescência estava muito grande. Diariamente andava atrás da PF; pela manhã nós fazíamos contato e como era uma operação que envolvia uma candidata à Presidência, estas fontes, informações partiam diretamente de Brasília. O jornal já me ligava do Rio de Janeiro, algumas coisas consegui com fonte em São Luís. Eles ligam, mandam novos dados. Eu ficava impressionado com a rapidez que conseguem as informações. O caso envolvendo o empresário local (...) que tinha uns laranjas em um bairro da periferia de São Luís. Inicialmente eles avisaram só o bairro e um provável endereço, comecei a apurar. Cerca de 20 minutos depois eles já me ligam dando endereço, tudo. Como o caso era nacional, tinha muita gente que ligava, muita fonte querendo derrubar um, derrubar o outro. Tem o interesse do próprio.*

A fala de Garrone aponta outra contradição quando se questiona a interferência (política) na condução do caso pelo O Globo. Para o *freelancer* havia um interesse explícito, seus colegas da sucursal de Brasília discordavam.

Jailton: *Acredito que não houve influência alguma da Roseana ou do Sarney. As pautas surgiam aleatoriamente no dia-a-dia e nenhuma de minhas matérias sofreu cortes que não fossem específicos da edição, da adequação ao espaço das páginas. Não recebíamos ordens para fazer ou deixar de fazer qualquer matéria. O critério era a importância da informação. As informações relevantes, desde que checadas, se transformavam em matérias naturalmente. As investigações têm uma dinâmica própria. Pelo que pude entender, ao longo da apuração,*

os investigadores descobriram indícios de envolvimento dela em decisões consideradas suspeitas.

Isabela: *Passei dois anos e meio n'OG e o foco foi a notícia. Nesse aspecto é muito subjetivo, mas eu posso te afirmar pela minha experiência, é um jornal que eu respeito. É um jornal que tenta ser isento, se às vezes não consegue vai da falha humana. Às vezes o repórter não ouviu direito o outro lado, mas nosso foco era absolutamente jornalístico, eu não sofri nenhuma pressão este período. Não teve nenhum tipo de tentativa de cerceamento e controle da notícia. Pelo contrário, nesse tempo todo que passei n'OG não tive. Eu não tive experiência de trabalhar em jornais do interior ou no Nordeste, mas a minha experiência n'OG foi muito feliz enquanto realização de jornalista. O resultado que saiu n'OG na época, se comparado com outros jornais não deixou nada a desejar. A gente publicava as mesmas matérias que a Veja, Folha, e outros. Nunca deixou de publicar nada. A notícia se impõe. Eu entrevistava pessoas e não tirávamos tudo da cabeça e nós dávamos voz a estas pessoas nas matérias, a gente editava, fazia conexão de raciocínios e fazia a matéria. O jornalismo reflete o que a fonte disse,(...) abre aspas e deixa a pessoa falar na reportagem.*

A relação entre os membros da imprensa nacional e regional também levanta questões peculiares como o relato do jornalista Francisco Leali, no qual aponta a existência de assessorias específicas para a imprensa nacional e regional. O depoimento de Garrone ainda explicita mais as possibilidades de cobertura de um mesmo acontecimento.

Francisco: *Lembro que a equipe da governadora tinha um assessor para lidar com a imprensa local e outro para atender os "de fora". Todas as vezes que procurei, me pediam para falar com a assessora que atendia a imprensa "do sul".*

Garrone: *Na época eu era editor do jornal Folha do Maranhão, de propriedade do dep. Manoel Ribeiro (presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão), aliado de Roseana. Pela manhã eu falava bem dela (Roseana), editava matérias positivas, e à tarde eu falava "mal" para OG - lavava a alma. Fazer a correspondência tem esse lado interessante nesse sentido de lavar a alma. Matérias que não saem aqui você consegue dar uma repercussão maior para o fato, enquanto se abafa aqui, principalmente quando se trata do dono do poder. Houve vezes que quando eu liguei e quem atendia perguntava se eu queria falar com ela como repórter daqui ou para OG. Para OG eu tinha que fazer outro tipo de pergunta.*

A última entrevista foi feita com o secretário de redação do OEMA. Ademir Santos foi a única voz do jornal que pode ser ouvida e esclareceu algumas dúvidas da pesquisa de campo. Ele discorreu sobre a relação do jornal com as agências de notícias e também sobre a relação do jornal com seus leitores, sempre em posição de defesa:

Ademir: Os jornais de pequeno porte como OEMA mantém uma relação de amizade com os demais jornais, tanto os locais como os de outras cidades. É uma relação de amizade porque os grandes jornais são ligados a uma agência de notícias. Quando um precisa do outro há troca informação. (...) Tem um estigma muito grande na cidade, no estado, dentro do meio intelectual, em relação a'OEMA, por ele pertencer a um grupo político, como todos os grandes jornais do país. Tudo que se faz aqui é porque o Sarney manda. "Ah, o Sarney dita a manchete, etc!!". E ele sequer vem aqui. Quando ele vem na cidade ele passa na redação, lógico, visita a TV, mas não fica dando ordens diariamente. Isso tem na universidade, no meio intelectual, "não é porque Sarney mandou". Isso não existe, o jornal tem a liberdade de fazer uma cobertura diária. Por pertencer a uma facção política que hoje é adversária do estado, o jornal tem uma linha de independência, e dentro dessa linha busca mostrar as falhas do governo...da cidade, do estado, como em qualquer outra cidade acontece de qualquer forma. Para grande imprensa passa também isso.

Perguntas referentes ao escândalo Lunus foram deixadas para última parte da entrevista. Ademir foi direto e sucinto sobre o impacto do caso na redação:

Ademir: O escândalo atraiu muitas atenções. Foi direto, foi até a exaustão. E ainda hoje tem resquícios dessa época.

5. Reflexões Finais

O desenvolvimento desta pesquisa implicou em superações para se alcançar uma postura crítica e assim colaborar com as reflexões atuais sobre a comunicação brasileira. O primeiro passo foi superar as subjetividades intrínsecas a pesquisadora, que carrega experiências no jornalismo regional e também um posicionamento quanto às práticas políticas deste espaço. A adoção de uma postura crítica proporcionou um avanço imprescindível neste processo, o que garantiu maior exploração das tensões existentes entre a política e a mídia. Buscou-se não se reforçar as simplificações atribuídas a interface entre o nacional e o regional, mas investigar os variados níveis destes laços. Foi necessário transcender as posições de centro e margem para pensar o jornalismo.

A análise do caso apontou que existiu defesa de interesses nos dois veículos analisados, esta foi realizada de forma mais direta em OEMA, que optou por um percurso explícito de valorização de Roseana, enquanto OG utilizou diversos recursos, inclusive a ideia de pluralidade de falas das fontes, para sobrepor a voz de alguns atores em relação aos outros envolvidos no caso. Entretanto a verdade defendida nas páginas de O Globo não é a mesma que rege a ética em toda a Organização Globo, pois esta mantém localmente parceria com um sistema oligárquico enquanto nacionalmente, por meio de seus veículos, recrimina tal prática política. Concluí-se que o jornalismo, seja nacional ou local, está permeado por interesses que influenciam o teor das informações transformadas em notícias.

Miguel (2010) reconhece que a mídia se tornou um fator central da vida política contemporânea e aponta que os meios de comunicação ampliam o acesso aos agentes políticos, que ficam expostos, de forma mais permanente, aos olhos do grande público. Contudo há outras particularidades desta relação que subterraneamente influenciam os conteúdos publicados na imprensa seja nacional ou regional. São estes laços entre políticos, empresários de mídia e entidades públicas que devem ser analisados com mais frequência para impedir “enquadramentos distorcidos”. A persistência de formas antidemocráticas de comunicação está relacionada à convivência política, econômica do controle da informação no jogo político. A influência de proprietários de mídia como o senador José Sarney na conjuntura política nacional reforçam a necessidade de questionar a vigência destes modos ultrapassados, bem como da manipulação da comunicação em detrimento do direito constitucional à informação. A parceria entre estes sistemas e a grande mídia estimula a perenidade da lucrativa relação entre o público e o privado, nas esferas regionais e nacionais de poder.

Acredita-se que a maior contribuição desta pesquisa foi demonstrar que há proximidade entre o jornalismo nacional e o jornalismo regional, e que a principal diferença destes dois pólos diz respeito à distribuição de poder entre as esferas de centro e margem, que interfere na relação entre as diferentes mídias. Para embasar esta conclusão, a pesquisa demonstrou a existência de vínculos entre dois expoentes da mídia nacional e regional, as Organizações Globo e o Sistema Mirante de Comunicação, por meio de um escândalo situado entre o centro e as margens da política brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. de. **Aconteceu num carnaval**: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. Artigo apresentado ao 6º Encontro de História da Mídia da Rede Alfredo de Carvalho. Niterói, 2008.
- COUTO, C. A. de M. **Estado, Mídia e Oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.
- ENTMAN, R. M. Framing U.S. **Coverage of International News**: constrasts in narratives of the kal and Iran Incidents. *Journal of Communication*, v. 4, n. 41, p. 6-27, 1991.
- HALL, S. “A produção social das notícias”. In “TRAQUINA, N. (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993.
- HERTZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1991.
- LESSA, R. A Invenção da República no Brasil: da Aventura à Rotina. In: CARVALHO, M. A. R. (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- LIMA, V. A de. **Mídia Crise Política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu de Abramo, 2006.
- LIMA, V. A. de. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. **Revista Adusp**, n. 42, p. 26-33, jan. 2008.
- MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. “Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil”. In: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- SANTOS, S. dos. Nem só de samba e futebol sobrevivem as tradições históricas brasileiras: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo. In: **IX Congreso Ibercom**, 2006, Sevilla. <http://alojamientos.us.es/cibercom/comunicaciones.php>. Sevilla : Universidad de Sevilla/AssIbercom, 2006.
- THOMPSON, John. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.

Entrevistas:

LEALI, Francisco. Entrevista concedida a Pâmela Pinto. Mensagem recebida por <fleali@bsb.oglobo.com.br> em 6 nov. 2008.

CARVALHO, Jailton de. Entrevista concedida a Pâmela Pinto. Mensagem recebida por <Jailtonc@bsb.oglobo.com.br> em 11 nov. 2008.

Informação verbal concedida por Raimundo Garrone, Jornalista, em São Luís, em 12 de janeiro de 2009.

Informação verbal concedida por Ademir Santos, Secretário de Redação de *O Estado do Maranhão*, em São Luís, em 2 de fevereiro de 2009.

Informação verbal concedida por Isabela Abdala, Jornalista, no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 2008.